

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO: Pedagogia do oprimido. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. 253 p.

Edmar Augusto Semeão Garcia¹

O livro Pedagogia do Oprimido é um trabalho do educador Paulo Freire no qual desenvolve uma pedagogia voltada para a classe oprimida. De modo que esta classe consiga a sua emancipação em torno do pensamento crítico, entendendo a sua real condição social e possa lutar por melhores condições sociais. Não obstante, Pedagogia do Oprimido problematiza dois tipos de educação (bancária e problematizadora) como duas correntes educacionais que possuem objetivos distintos, tendo na educação bancária um foco maior em manter a hegemonia de classe. Isto é, manter a relação entre opressores-oprimidos enquanto a problematizadora e libertadora tem como finalidade a construção de uma sociedade mais crítica, mais igualitária e menos opressora. Trata-se de uma importante obra de Paulo Freire e está dialogando com o seu outro livro Pedagogia da Autonomia, onde estas duas obras possuem concepções acerca da educação que vão além da universalização da mesma, bem como a sua noção de equidade. Tanto Pedagogia do Oprimido quanto Pedagogia da Autonomia, entre outras obras do autor, possuem uma forte concepção de estimular os educandos a alcançarem a sua autonomia do pensamento, tornando-os independentes, críticos e reflexivos no que se refere as desigualdades existentes no país. O primeiro capítulo cujo título é “Justificativa da pedagogia do oprimido”, expõe algumas ideias sobre a condição do oprimido e do opressor dentro da sociedade. Desta forma, Paulo Freire destaca neste capítulo os fundamentos necessários para que os oprimidos de fato consigam sair desta situação através de uma pedagogia da humanização. Logo, pensar em instrumentos capazes de auxiliar neste processo significa imaginar a educação como o caminho para esta transformação. De que forma? Através de uma união da classe dominada, seria possível reivindicar e lutar por condições onde esta situação de dominação fosse extinta, conforme destaca neste trecho:

Assim também é necessário que os oprimidos, que não se engajam na luta sem estar convencidos e, se não se engajam, retiram as condições para ela, cheguem, como sujeitos, e não como objetos, a este convencimento. É preciso que também se insiram

¹ Bacharel Interdisciplinar em Ciências Humanas UFJF - Bacharel em Ciências Sociais UFJF - Licenciado em Ciências Sociais UFJF - Pós-graduado em Ensino de Sociologia no Ensino Médio UFSJ - Mestrando em Educação UNIFAL. E-mail: edmar.garcia@ich.ufjf.br

criticamente na situação em que se encontram e de que se acham marcados. (FREIRE, 2017, p. 75)

Ademais, é importante salientar que ao longo deste capítulo é destacado também quão confortável é esta condição para a classe opressora, uma vez que manter sob seu controle os oprimidos significa ter uma vida normal. No entanto, quando há movimentação para que esta lógica seja quebrada, a classe dominante não compreende de fato que a pedagogia do oprimido é a luta por igualdade, ou seja, luta para que a condição de privilégios de uma classe seja extinta para que toda a sociedade tenha os mesmos direitos. E é neste sentido que é frisado quão desconfortável para a classe opressora se torna, tendo em vista que eles não enxergam tal luta como equidade, e sim como uma opressão à sua classe. O segundo capítulo do livro “A concepção bancária da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica”, Paulo Freire destaca quão distinta e não relevante para uma revolução da classe oprimida é a educação bancária. Logo no início, destaca que:

A educação “bancária” cuja prática se dá a inconciliação educador-educandos, rechaça este companheirismo. E é lógico que seja assim. No momento em que o educador “bancário” vivesse a superação da contradição já não seria “bancário”. Já não faria depósitos. Já não tentaria domesticar. Já não prescreveria. Saber com os educandos, enquanto estes soubessem com ele, seria sua tarefa. Já não estaria a serviço da desumanização. A serviço da opressão, mas a serviço da libertação. (FREIRE, 2017, p.86-87).

Evidentemente, a educação bancária embora opere na manutenção desta dominação da classe opressora, não opera de forma crítica dentro desta classe. Ou seja, aqueles que estão inseridos na classe dominante não entendem exatamente a sua condição perante a classe dominada e, neste sentido, a educação problematizadora seria fundamental para que tal consciência pudesse ser despertada como observa o autor na página 43, que diz:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 2017, p.43)

Este trecho está destacando que embora o homem esteja na condição de opressor, este também não consegue compreender a sua condição de exploração perante aqueles que estão sendo dominados. Assim sendo, a educação libertadora terá como finalidade o exercício da reflexividade para que seja diminuída as desigualdades existentes dentro do país. Relacionando esta primeira passagem a minha pesquisa, estudar as dinâmicas de estigmatização nas relações intergeracionais na Educação de Jovens

e Adultos significa olhar para aquele espaço de interação social e observar quão conflitante (ou não) as múltiplas gerações podem ser a partir do momento que se encontram em um mesmo local de aprendizado. Desta forma, o estigma também corresponde a uma relação de poder conforme Paulo Freire salienta quando retoma a ideia de Marx nesta dicotomia burguesia/proletariado, dominantes/dominados e opressores/oprimidos. Ou seja, a interação social onde pode haver estigmas, rotulações e conflitos opera com um viés distinto desta percepção de Karl Marx e de Paulo Freire, uma vez que estes autores estão problematizando a relação de poder de uma forma sobretudo econômica. Norbert Elias que será o autor que terei como base conceitual destaca que as teorias de Marx são muito importantes, porém, não conseguem explicar por inteiro todas as relações de conflitos sociais. E é exatamente este o ponto que diverge dos autores, tendo em vista que os estigmas dentro da EJA não necessariamente possuem como objetivo a manutenção de hegemonia de classe, uma vez que o público da EJA, do ponto de vista socioeconômico configura-se como pessoas de classe média baixa e/ou pobre. Há uma heterogeneidade dentro daquele espaço no que se refere o campo econômico. Portanto, estudar o estigma dentro da EJA é uma forma de apresentar que a interação social poderá ter diversos campos de conflitos e manutenção de hegemonia, mas que estão longe deste status econômico. Além disso, a pesquisa poderá oferecer também o pensamento crítico em relação as ações que cada indivíduo possui para que a educação na EJA não seja apenas uma educação bancária, e sim, uma educação que problematize tanto o ensino como a relação entre indivíduos. Em vista disso, para que haja uma alteração nesta relação verticalizada e não democrática entre educador e educando, seria necessário alterar o tipo de educação que se deseja para que haja de fato uma revolução. Neste sentido, a educação problematizadora é frisada de forma a procurar no diálogo o seu caminho em torno da construção de uma educação crítica e libertadora conforme descrito abaixo:

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado com o educando que, ao ser educado, também educa. (FREIRE, 2017, p. 95-96)

A educação bancária cuja finalidade é manter os dominados nesta condição, de forma que eles não reconheçam a realidade de tal condição, ao mesmo tempo em que mantém uma relação hierarquizada e sem se preocupar com a dialogicidade, corresponde a um método necessário ser

rompido para que de fato tenhamos uma sociedade mais justa, menos desigual, mais crítica e com liberdade. Esta liberdade refere-se tanto do ponto de vista autônomo do pensamento, isto é, ter criticidade e reflexividade quanto de não estar “preso” a uma classe social, não ser dominado. Ao desenvolver a minha ideia de pesquisa, investigar o fenômeno social do estigma dentro da EJA é uma possibilidade de observar a relação entre educando-educador e qual tipo de educação é apresentada aquele público. Embora eu não tenha como objeto as disciplinas curriculares, bem como a relação entre docente-discente, é uma oportunidade de verificar que tipo de educação está sendo realizada com este público. O terceiro capítulo intitulado “A dialogicidade: essência da educação como prática da liberdade”, retoma inicialmente a problematização contida no capítulo anterior onde explica as diferenças entre a educação bancária e uma educação problematizadora/libertadora. E, neste sentido, é abordado algumas ideias acerca de que forma se deve ter uma educação. A educação bancária é vista como educação inautêntica, uma vez que ela não se preocupa em oferecer mecanismos para que haja a reflexão. De certa forma, este tipo de educação é cômodo para a classe dominante que não precisa se preocupar com o rompimento deste *status quo*. Diferentemente deste tipo, a educação autêntica se preocupa com a relação mais horizontalizada entre os homens, (já que a inautêntica não se dedica a enxergar os oprimidos como sujeitos com direitos e participativos na educação), ao mesmo que está preocupada em oferecer uma educação voltada para a ação-reflexão, isto é, uma ação onde a participação tanto do educador quanto do educando é fundamental na ação libertadora. Assim sendo, ela é pautada por um instrumento que será falado ao longo do capítulo: o diálogo- dialogicidade. Esta ação é sobretudo referente a esta concepção da educação onde a educação problematizadora possui como caminho a dialogicidade através deste diálogo. Ademais, a práxis como fonte de ação e reflexão torna-se essencial para que seja possível a transformação social.

O último capítulo “A teoria da ação antidialógica” retoma a ideia entre as duas concepções de educação e a forma como elas atuam dentro da sociedade. A rigor, este último capítulo traz a ideia da concepção antidialógica, a fim de demonstrar o quão interessante é para a classe dominante a manutenção da sua condição enquanto opressor à medida que seu objetivo é disseminar a ideia de que homens que lutam por melhores condições da classe oprimida são “marginais”. Neste sentido, é interessante perceber que esta estratégia ainda hoje é utilizada por lideranças que possuem como finalidade a manutenção de uma pequena parte com seus plenos direitos enquanto a grande maioria ainda não consegue ter seus direitos plenos assegurados. Assim sendo, os oprimidos precisam reconhecer o seu lugar nesta causa e, através da educação libertadora, promover a verdadeira revolução social para que saiam desta condição, uma vez que conforme interesse da classe dominante,

a promoção de políticas assistencialistas ou discursos que visam a divisão de classe, é algo de extrema relevância para a manutenção da sua condição de dominante. E é neste sentido que a classe dominante irá guiar seus interesses baseados na manipulação.

Todavia, Paulo Freire ao longo do livro salienta a importância de se ter uma educação que caminhe junto com o amor, com a esperança. Para que os oprimidos consigam sair desta condição, é necessário além destes sentimentos que acreditem em uma educação libertadora, uma relação de cumplicidade entre esta classe e um líder revolucionário conforme frisa ao final do livro. Além disso, destaca-se em duas passagens deste capítulo os subtítulos “*Co-laboração*”, “*Unir para a libertação*” e “*Organização*”, pois, de forma sucinta é explicitado componentes para que haja de fato uma revolução. Revolução esta não no sentido de uma movimentação baseada em guerra, luta, violência, e sim no sentido de realizar a transformação social através da educação, da solidariedade, práxis e amor. O autor então finaliza o seu livro destacando como esta relação é importante para que haja esta alteração social. Sem a relação entre oprimidos e um líder revolucionário que tenham os mesmos interesses, sem o amor, sem acreditar na educação, a mudança na sociedade não acontecerá.